

O EMPARELHAMENTO TEMÁTICO E A ANÁLISE DO PREDICATIVO EM PORTUGUÊS

Mário A. PERINI

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ CNPq

Lúcia FULGÊNCIO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

O complemento tradicionalmente chamado “predicativo” (do sujeito, do objeto) não representa uma função sintática autônoma. Todas as características tradicionalmente apontadas que o distinguiriam do objeto direto ou do adjunto/complemento adverbial podem ser descritas mais adequadamente como efeito de traços semânticos das construções ou dos itens lexicais envolvidos. Construções de predicativo podem ser analisadas através de uma descrição sintática mínima, conforme proposto em Culicover e Jackendoff (2005), mais o efeito de fenômenos semânticos independentemente motivados. O principal desses é o emparelhamento de papéis temáticos: todos os casos de predicativo se caracterizam pela presença de dois papéis temáticos relacionados por um acarretamento de ocorrência, de modo que sempre que ocorre um deles o outro também precisa ocorrer. O emparelhamento também está presente entre os fatores que desencadeiam a concordância nominal.

ABSTRACT

The complement traditionally called “predicative” is not an autonomous syntactic function. Every characteristic traditionally presented that would distinguish it from the direct object, or from the adverbial adjunct or complement, is more adequately described as the effect of semantic features of the constructions or lexical items involved. “Predicative” constructions can be adequately analysed through a minimal syntactic description, as proposed in Culicover and Jackendoff (2005), plus the effect of independently needed semantic phenomena. Of these, the most important is thematic role pairing: all cases of predicative are marked by the

presence of two thematic roles related through entailment of occurrence, so that every time one of them occurs the other also must occur. Thematic pairing is also one of the factors triggering nominal agreement.

Introdução

Neste artigo apresentamos uma análise dos complementos tradicionalmente denominados **predicativos** (do sujeito, do objeto) seguindo a Hipótese da Sintaxe Simples,¹ princípio formulado por Culicover e Jackendoff (2005) nos seguintes termos:

A teoria sintática mais explicativa é a que atribui o mínimo de estrutura necessário para mediar entre a fonologia e o significado. [Culicover e Jackendoff, 2005, p. 5]

Como veremos, fatores semânticos não só explicam os traços fundamentais do significado desses complementos, mas também são responsáveis por grande parte de seus aspectos sintáticos. Uma das consequências dessa análise é que não há razão para distinguir o predicativo como uma função sintática especial dentro da oração; na maioria dos casos, o predicativo se identifica com o objeto (direto) – e o objeto se define como qualquer SN que não seja sujeito. As diferenças que tradicionalmente se observam entre o predicativo e o objeto são reais, mas são efeito de fatores semânticos, não de diferença de função sintática.

¹ *Simpler Syntax Hypothesis*; preferimos falar de “princípio”, considerando-o mais uma guia de trabalho do que uma hipótese real de conteúdo empírico. É bom notar que esse princípio, com formulações diversas, já havia sido proposto independentemente por vários autores (Gross, 1975; Langacker, 1987; Jackendoff, 1990; Perini *et al.*, 1996).

1. A gramática tradicional: Kury (1985)

Antes de atacar o problema, será útil dar uma rápida olhada na maneira como o predicativo tem sido analisado. Vamos concentrar a exposição em dois autores que ilustram bem o que há de melhor na literatura gramatical tradicional e recente. Começamos com Kury (1985).

Para Kury, o predicativo é

- (a) o núcleo de um predicado nominal [...]
- (b) o elemento nominal de um predicado verbonominal.

[Kury, 1985, p. 27]

Os dois tipos de predicado, por sua vez, se definem da seguinte maneira: o predicado é

NOMINAL, quando a informação que se dá acerca do sujeito – o seu verdadeiro predicado – está contida num NOME [...] que se denomina PREDICATIVO; este se liga ao sujeito por intermédio de um verbo sem significação precisa, que por isso mesmo se chama VERBO DE LIGAÇÃO. [Kury, 1985, p. 26; maiúsculas do original]

O predicado verbonominal é aquele que

possui dois núcleos significativos, um VERBO e um NOME PREDICATIVO. [Kury, 1985, p. 26]

Segundo Kury, portanto, na frase

- (1) Meu irmão é alto.

o predicativo *alto* fornece informação sobre o sujeito *meu irmão*, e o verbo *é* “não tem significação precisa”; é um exemplo de “predicado nominal”, e *alto* é o predicativo. Na frase

(2) Meu irmão chegou atrasado.

tanto o predicativo *atrasado* quanto o verbo *chegou* dão informação sobre o sujeito *meu irmão*. E na frase

(3) Meu irmão achou a festa muito chata.

o predicativo *muito chata* dá informação sobre o objeto *a festa*, ao lado do verbo *achou*, que dá informação sobre o sujeito e também sobre o objeto. Estes são portanto casos de predicado verbonominal.

Finalmente, Kury ainda observa que o predicativo, “num predicado verbonominal”, pode vir preposicionado: é o caso de *ele chamou a menina de burra*.

A análise de Kury se baseia em elementos semânticos, principalmente na relação entre o predicativo e um dos outros termos da oração. Veremos que essas intuições são de certa forma justificadas, muito embora no texto de Kury sejam colocadas de maneira vaga. Arriscando um diagnóstico geral, achamos que a falta de clareza e de generalidade da análise tradicional vem da falta de uma teoria que forneça um quadro de referências adequado.

2. Huddleston (1984)

Huddleston (1984) é um trabalho importante, cheio de ideias frutíferas. O autor, nesse trabalho, não se compromete com nenhuma das teorias do momento, e segue no possível o modelo tradicional; no entanto, não hesita em propor mudanças, às vezes bem radicais, voando bem mais alto do que Kury em suas análises. Na análise do predicativo (do inglês), Huddleston percebe com bastante clareza muitos dos pontos

principais, mas não os inclui sistematicamente em uma análise abrangente. Assim, ele nota corretamente que existe uma relação semântica entre sujeito e predicativo (nos casos de predicativo do sujeito), mas não entre sujeito e objeto:

Em [*Ed appointed a real idiot* {‘Ed nomeou um verdadeiro idiota’}], *a real idiot* descreve um indivíduo distinto de Ed, ao passo que em [*Ed seemed a real idiot* {‘Ed parecia um verdadeiro idiota’}] [*a real idiot*] denota uma propriedade atribuída (com a qualificação acarretada por *seem*) a Ed [...] [Huddleston, 1984, p. 181]

Essa observação toca em um aspecto fundamental do fenômeno em estudo, como veremos mais adiante.²

Huddleston menciona outro aspecto importante, o fato de que o verbo “de ligação” tem menor carga semântica, ou seja,

é semanticamente vazio – isto é, não expressa um predicado semântico mas serve só para veicular a flexão de tempo e para ligar ao sujeito o sintagma que expressa o predicado semântico. [Huddleston, 1984, p. 184-185]³

Após expor as diferenças semânticas entre o objeto e o predicativo, Huddleston procura explicitar as diferenças sintáticas, a saber:

² Trata-se do emparelhamento de papéis temáticos, a ser visto na seção 4.

³ A rigor, *be* não é semanticamente vazio – por exemplo, não somente tem a flexão de tempo, mas veicula também a própria noção de tempo. Huddleston também reconhece logo depois que outros verbos de ligação, como *become* ‘tornar-se’ não são semanticamente vazios no mesmo sentido.

(a) Classe de formas: a primeira diferença é que, enquanto o SN pode funcionar tanto como [objeto] quanto como [predicativo], o sintagma adjetivo pode funcionar como [predicativo] mas não como [objeto]. [Huddleston, 1984, p. 185]⁴

Mostramos, na seção 4, que isso é decorrência do potencial referencial de cada sintagma, mais o papel temático de cada um dos complementos; ou seja, não se trata de fenômeno sintático, mas de consequência automática da semântica dos itens lexicais e da construção envolvida. Huddleston percebe algo parecido, mas tem dificuldade de expressá-lo claramente:

Embora a posição [de predicativo] possa ser preenchida por um sintagma adjetivo ou por um SN, há razões para considerar o sintagma adjetivo como um tanto mais central, já que existem maiores restrições à ocorrência de SNs do que de SAdjs nessa função. [Huddleston, 1984, p. 185]

Veremos que também isso decorre naturalmente da semântica dos elementos em questão.

A segunda diferença entre o objeto e o predicativo que Huddleston apresenta como sintática é a seguinte:

(b) Número: A segunda diferença é exemplificada pelo par seguinte:

(13) i. *Ed engaged a lawyer* ['Ed contratou um advogado'] /
some lawyers ['alguns advogados']

ii. *Ed was a lawyer* ['Ed era um advogado'] / * *some lawyers*
['alguns advogados'] [Huddleston, 1984, p. 186]

⁴ Nas citações, resolvemos as abreviaturas usadas por Huddleston: 'O' = objeto, 'PC' = predicativo.

Mas é evidente que se trata de uma condição semântica: (13ii) com plural é filtrada por causa da impossibilidade de que Ed seja mais de um advogado – um conhecimento que não se pode chamar nem de linguístico, que dirá sintático. Prova disso é a aceitabilidade de frases como *Ed and Kim are a nice couple* ‘Ed e Kim são um casal simpático’, *Ed is two persons in one* ‘Ed é duas pessoas em uma’. Huddleston percebe a raiz da questão, mas não consegue passar a uma análise clara:

[...] o assunto não é simples, e na verdade não é claro quanto pode ser colocado no escopo de uma regra sintática de concordância, porque as propriedades semânticas do SN desempenham um papel significativo na seleção de número. [Huddleston, 1984, p. 186]

Arriscamo-nos a dizer que o assunto, linguisticamente, é bastante simples, e se reduz a condições de boa formação semântico-pragmática: por exemplo, uma pessoa só metaforicamente pode ser mais de uma, mas um casal são sempre duas pessoas. O que se observa nesses exemplos não tem nada a ver com a regra (sintática) de concordância.

Finalmente, a terceira diferença é:

(c) Passivização: [O objeto] pode normalmente ser transformado em sujeito pela passivização da oração, ao passo que [o predicativo] nunca pode. [Huddleston, 1984, p. 187]

Aqui Huddleston se baseia em um modelo transformacional, que admite uma relação privilegiada entre certos pares de construções – no caso, a passiva e a ativa, sendo uma derivada da outra. Aceitando por um momento essa posição, pode-se objetar, primeiro de tudo, que as condições nas quais um objeto pode “se transformar” em sujeito da

passiva, ao que tudo indica, têm a ver com a semântica desse sintagma.⁵ Assim, um SN não-referencial não pode ser sujeito da passiva:

- (4)
- a. O Jorge parece um urso.
 - b. * Um urso é parecido por Jorge.

Isso se explica pela impossibilidade de um sujeito de passiva ser genérico, mesmo se for “objeto” segundo a análise tradicional. Assim, já se notou a impossibilidade de passiva em casos como

- (5)
- a. Gato come rato.
 - b. * Rato é comido por gato.

onde *rato* é genérico.

Aqui, de qualquer forma, assumimos uma posição não-transformacional, baseando-nos em razões defendidas, a nosso ver convincentemente, por Culicover e Jackendoff (2005, cap. 1). Por isso, a terceira diferença de Huddleston fica prejudicada. As condições nas quais um sintagma pode ser sujeito de uma oração passiva não são bem conhecidas, mas tudo indica que são de ordem semântica.⁶

A análise de Huddleston se assemelha à de Kury porque se concentra em fatores de significado: o predicativo, embora analisado como uma função sintática, é basicamente um complemento que apresenta uma conexão semântica com outro complemento; essa pode ser considerada a concepção “padrão” de predicativo. É importante apontar isso porque, como veremos, de fato o complemento chamado “predicativo” se caracteriza puramente por sua relação semântica com outro complemento presente na oração; mas, por outro lado, não tem nenhuma identidade sintática própria.

⁵ Além da semântica do verbo, evidentemente.

⁶ Não apenas o caráter genérico ou específico do sujeito, mas, talvez principalmente, a semântica do participio.

3. O emparelhamento de papéis temáticos

Há um fenômeno relacionado com a atribuição dos papéis temáticos que é importante para a análise dos complementos tradicionalmente chamados “predicativos”: trata-se dos **papéis temáticos emparelhados**, ou seja, papéis temáticos que ocorrem necessariamente em dupla, cada um deles ligado a um sintagma diferente da oração, mas conectados semanticamente de alguma maneira um ao outro.

Seja o exemplo seguinte:

(6) A Cristina é magra.

Os papéis temáticos presentes nessa construção são Qualificando (*a Cristina*) e Qualidade (*magra*). Esses papéis temáticos precisam ocorrer sempre juntos, já que um atribui uma característica ao referente do outro (*magra* denota uma característica do referente do Qualificando, a saber, a Cristina). Em outras palavras, não há sintagma Qualificando em uma oração sem sintagma de Qualidade, nem vice-versa. Vamos chamar esse fenômeno de **emparelhamento** de papéis temáticos.

Nem todos os papéis temáticos se relacionam por emparelhamento; por exemplo, um Agente pode ocorrer com ou sem Paciente, e vice-versa. Por outro lado, além de Qualificando e Qualidade, existem outros casos de papéis temáticos emparelhados, que só ocorrem dois a dois. Por exemplo, em frases do tipo de

(7) A Cristina é a diretora da escola.

os dois complementos, *a Cristina* e *a diretora da escola*, estão relacionados por uma afirmação de co-referência – ou seja, (7) afirma que a Cristina e a diretora são a mesma pessoa. Representamos essa afirmação de co-referência atribuindo o papel temático **α Ref** a ambos os complementos. Esses são os papéis temáticos dos dois complementos de (7); como é óbvio, eles são emparelhados.

Um terceiro caso de emparelhamento é o de Lugar e Localizando, como em

(8) A Cristina está na cozinha.

É claro que não podemos ter um Localizando (no caso, *a Cristina*) sem o Lugar.

Nos casos de [6] (Qualificando / Qualidade) e (7) (α Ref) o emparelhamento é bicondicional: temos Qualificando **se e somente se** temos Qualidade, e o mesmo para α Ref: isto é, nunca temos Qualificando sem Qualidade, nem vice-versa; e sempre que temos um α Ref, temos outro. Já no caso de Lugar e Localizando temos apenas uma relação condicional: se houver Localizando há Lugar, mas pode haver Lugar sem Localizando, como em

(9) Estava chovendo em Ouro Preto.

Aí não temos Localizando representado por complemento; pode-se entender que o Localizando é o próprio evento, ou seja, [9] não é propriamente um caso de Localizando sem Lugar; só que o Lugar não tem representação sintática autônoma.

Para efeitos da presente análise, essas duas situações não se distinguem; a distinção relevante é entre emparelhamento (condicional ou bicondicional) e não-emparelhamento, ou seja, papéis temáticos independentes um do outro.

O emparelhamento é uma relação temática entre sintagmas da oração diferentes do verbo:⁷ por exemplo, em [6] há uma relação de co-referência entre *a Cristina* e *a diretora da escola*. Por outro lado, a existência dessa relação entre os dois sintagmas depende do verbo, tanto é assim que em

⁷ É preciso fazer essa restrição porque os sintagmas da oração são em geral relacionados tematicamente ao verbo; por exemplo, em *o cachorro latiu* o sujeito é Agente da ação expressa pelo verbo. Esses casos não são considerados emparelhamento.

(10) A Cristina beliscou a diretora da escola.

já não existe emparelhamento de papéis temáticos entre o sujeito e o SN *a diretora da escola*.⁸ Isso quer dizer que o emparelhamento deve aparecer na formulação da diátese ou, mais provavelmente, ser estipulado como propriedade intrínseca de certos papéis temáticos. Aqui vamos admitir que a segunda solução é a correta, e não vamos marcar o emparelhamento na formulação das diferentes construções, incluindo-o, em vez disso, na definição dos próprios papéis temáticos envolvidos.

Essa relação de emparelhamento foi percebida por muitos gramáticos, que no entanto não conseguiram expressá-la com clareza por falta da noção correspondente. Voltando a uma citação de Huddleston,

em [*Ed seemed a real idiot* ‘Ed parecia um verdadeiro idiota’]
[*a real idiot*] denota uma propriedade atribuída (com a
qualificação acarretada por *seem*) a Ed. [Huddleston,
1984, p. 181]

Ou seja, *a real idiot* é a Qualidade atribuída ao Qualificando *Ed*. Em outra passagem já citada, Huddleston diz que o SAdj é “mais central” do que o SN na função de predicativo, “já que existem maiores restrições à ocorrência de SNs do que de SAdjs nessa função” (1984, p. 185). Ora, isso é decorrência do fato de que o SN em geral denota coisas e o SAdj qualidades; por isso, é mais comum encontrarmos SAdjs com o papel temático de Qualidade, emparelhado a um Qualificando. O SN só aparece nesse ambiente semântico quando tem potencial qualificativo, o que não é típico; um exemplo é

(11) A Patrícia acha o Cris o maior jogador de boliche do mundo.

⁸ Admitindo que *a Cristina* é Agente, *a diretora da escola* é Paciente, mas não do sujeito – é Paciente do verbo *beliscou*. Falar do “Paciente” de *a Cristina* não chega a fazer sentido.

Aqui temos o SN *o maior jogador de boliche do mundo* que, em virtude de seu significado, pode ser tomado como a expressão de uma Qualidade. SNs como *a Patrícia*, *o meu carro* etc. não têm potencial qualificativo, e é por isso que não ocorrem como predicativos em frases como [11].⁹ Como se vê, ainda aqui temos fatos semânticos condicionando a distribuição sintática das unidades linguísticas.

4. Predicativos e o emparelhamento temático

Antes de passar adiante, vamos apresentar as bases da linguagem que utilizamos para notar as possibilidades de ocorrência de cada verbo nas certas construções da língua – isto é, sua **valência** (uma exposição completa está em Perini, 2008).

De certo ponto de vista, pode-se entender a gramática como uma lista de construções. Cada construção é uma moldura onde se encaixam, notadamente, os verbos da língua. Por exemplo, o verbo *achar* cabe em diversas construções: cabe na exemplificada por *meu irmão achou a festa muito chata* e também na exemplificada por *eu achei uma carteira*. Cada construção compreende dois componentes: morfossintático e semântico.

O componente semântico, para nossos objetivos, se limita à atribuição de papéis temáticos aos diversos constituintes não-verbais.¹⁰ É claro que a semântica de uma oração é vastamente maior do que sua estrutura temática; mas esta é tudo o que interessa para efeitos de subcategorização dos verbos por suas valências, tema central da pesquisa da qual faz parte este artigo.

Isso merece uma breve justificativa: por que, de toda a variedade de traços semânticos presentes em uma oração, selecionar os papéis

⁹ Podem ser predicativos se o papel temático for outro, por exemplo, *αRef: aquela loura baixinha é a Patrícia*.

¹⁰ Alguns constituintes, como a negação verbal (*não*), marcadores de clivagem (*é ... que*) e outros não têm propriamente papel temático; esses constituintes não são levados em conta na exposição que se segue.

temáticos como relevantes para a formulação das diáteses? A resposta é que se trata da porção do significado dos complementos que depende da identidade do verbo. Assim, a frase

(12) O menino quebrou um jarro.

fornece uma multidão de informações: *o menino* se refere a um ser humano, *um jarro* é um objeto concreto etc. Mas isso não depende do fato de que o verbo da oração é *quebrar* – são traços da semântica dos núcleos dos SNs respectivos. Igualmente, ficamos sabendo que o menino é dado, e o jarro é novo – e isso é sinalizado pelos artigos empregados (*o, um*). Nenhum desses aspectos do significado tem a ver com a identidade do verbo.

Mas ficamos também sabendo que *o menino* é “agente” da ação expressa por *quebrar* – e isso depende da identidade do verbo, porque em outros casos o sujeito pode denotar outras relações temáticas:

(13) O menino viu um jarro. (sujeito: “experenciador”)

(14) O menino está no quintal. (sujeito: “localizando”)

Voltando à estrutura sintática da oração, ela pode ser expressa em termos de:

- uma sequência de símbolos categoriais: SN, SAdj, V, SAdv;
- as preposições que eventualmente sejam exigidas: *de*+SN, *por*+SN etc.;
- uma função sintática abstrata, simbolizada por H.¹¹

Entenda-se que ‘H’ é o sujeito, ou o sufixo de pessoa-número, ou os dois. Adotamos essa abreviatura porque, para efeitos de descrição das valências, a presença ou não do sujeito ou do sufixo não faz diferença: não há nenhum verbo que exija ou recuse a presença deles. Isto é, para

¹¹ É possível que haja necessidade de outras funções abstratas; por ora, só sabemos do sujeito.

efeitos de caracterização de uma diátese, *eu cheguei atrasado*, *cheguei atrasado* ou *eu chegar atrasado*¹² não precisam ser diferenciados: o sujeito pode ser omitido ou não, dependendo de condições gramaticais, não de condições lexicais. Como as valências são um dos aspectos da subclassificação lexical dos verbos, a presença ou ausência do sujeito (isto é, do SN assim analisado) não é relevante para esse objetivo descritivo. Entenda-se ‘H’ como uma abreviatura de “SN sujeito, **ou** sufixo de pessoa-número, **ou** os dois”; é apenas um dispositivo para economizar espaço, sem importe teórico.

Isso é tudo, além da própria ordem em que os elementos ocorrem na sequência. O resultado é uma análise sintática muito simples. Alguns exemplos devem deixar claro o funcionamento do sistema:

- (15) Meu irmão é alto.
H V SAdj
- (16) Meu irmão chegou atrasado.
H V Adj
- (17) Meu irmão achou a festa muito chata.
H V SN SAdj
- (18) A Cristina é a diretora da escola.
H V SN
- (19) A Cristina beliscou a diretora da escola.
H V SN
- (20) A Cristina está na cozinha.
H V *m*+SN
- (21) A Cristina gosta de você.
H V *de*+SN
- (22) A Cristina está aqui.

¹² Essa sequência ocorre subordinada: *eu chegar atrasado não vai fazer diferença*.

H V SAdv

É claro que há muita informação importante que essas representações não mostram. Por exemplo, parece insatisfatório que (18) tenha a mesma análise de (19). Essas representações morfossintáticas precisam ser complementadas por uma análise semântica. Assim, uma construção não se representa nem sintática nem semanticamente, mas simbolicamente,¹³ incluindo os papéis temáticos dos diferentes sintagmas que acompanham o verbo.

Dessa maneira, embora (18) e (19) sejam sintaticamente idênticas, elas se distinguem pelos papéis temáticos de cada sintagma:

- | | | | | |
|------|--------------|----------|--|-----------------------|
| (18) | A Cristina | é | | a diretora da escola. |
| | H | V | | SN |
| | α Ref | | | α Ref |
| (19) | A Patrícia | beliscou | | a diretora da escola. |
| | H | V | | SN |
| | Agente | | | Paciente |

Essa é a diferença real entre um “predicativo do sujeito” e um “objeto direto”: são sintaticamente idênticos, mas semanticamente (tematicamente) distintos.

Já as frases (15) e (16) são sintática e tematicamente idênticas, pois nos dois casos o sujeito é Qualificando e o SAdj é Qualidade. É claro que há outras diferenças que não aparecem na análise das construções: primeiro, temos a semântica do verbo, já que *ser* e *chegar* significam coisas diferentes. Depois, o fato, já mencionado, de que o sujeito de *chegar* tem propriedades adicionais, de Tema e possivelmente Agente (caso ele tenha chegado por sua própria vontade). Isso não aparece na análise acima, que é incompleta no que se refere às relações temáticas. Uma análise mais completa mostraria a diferença entre (15) e (16) inclusive no plano temático. Mas essa análise completa não é necessária no momento

¹³ Cf. Goldberg (1995, p. 4) “[uma construção] é um par forma-significado”.

em que estamos recortando o papel das construções na descrição das valências verbais.

Um dos aspectos dessa descrição é a ênfase nas propriedades dos itens lexicais em detrimento de regras gramaticais mais gerais. É por isso que podemos deixar de lado fenômenos gramaticalmente condicionados como a concordância (verbal e nominal), que dependem de regras gerais não dependentes da subcategoria a que pertence o verbo da oração.

Voltando ao caso de (19),

(19)	A Patrícia	beliscou	a diretora	da escola.
	H	V	SN	
	Agente		Paciente	

podemos ter Agente sem Paciente (*a Patrícia espirron*) e também Paciente sem Agente (*a Patrícia desmaion*), e portanto não há emparelhamento entre os papéis temáticos que aparecem em [19]. Essa situação contrasta com a de

(18)	A Cristina	é	a diretora	da escola.
	H	V	SN	
	α Ref		α Ref	

onde há emparelhamento entre os dois α Refs.

Essa é a diferença principal entre um objeto e um predicativo, e que foi captada, de maneira mais ou menos clara, por muitos investigadores: **no caso do predicativo, e não do objeto, há sempre emparelhamento de papéis temáticos entre dois complementos**, a saber, entre sujeito e predicativo ou entre objeto e predicativo. E como essa é uma diferença puramente semântica, não há necessidade de distinguir “objeto” e “predicativo” como funções sintáticas separadas: a análise sintática pode ficar como está nos exemplos (15) a (22). A seguir, vamos mostrar que isso ocorre em todos os casos tradicionais de “predicativo”, e explica com bastante naturalidade as várias diferenças que os gramáticos encontram entre predicativos e objetos.

Nos exemplos vistos de “predicativo” encontramos sempre emparelhamento temático, tal como na frase (6):

(6) A Cristina é magra.

Aqui temos um sujeito com o papel temático de Qualificando (a entidade da qual se assera uma qualidade) e o SAdj denota a Qualidade. Esses dois papéis temáticos são emparelhados, por força de sua própria definição: uma Qualidade se atribui sempre a um Qualificando¹⁴ – a qualidade de “magra” é atribuída à pessoa “Cristina”. Correspondentemente, o SAdj nessa frase é chamado de “predicativo” nas análises tradicionais.

(2) Meu irmão chegou atrasado.

Aqui temos uma situação muito semelhante: *atrasado* tem o papel temático de Qualidade,¹⁵ atribuída a Patrícia. O emparelhamento é bastante evidente. Outro exemplo pode ser

(3) Meu irmão achou a festa muito chata.

A análise que dou a essa frase é a seguinte:

(23)	Meu irmão	achou	a festa	muito chata
	H	V	SN	SAdj
	Opinador		Qualificando	Qualidade

¹⁴ Em *a beleza me emociona* o SN *a beleza* não tem o papel temático de Qualidade, porque denota uma “coisa”, e não a qualidade de alguma (outra) entidade.

¹⁵ Pode parecer estranho dizer que *atrasado* é uma qualidade de Meu irmão em [2]. Estamos tomando “qualidade” em um sentido muito geral; trata-se de uma característica que é atribuída a uma coisa, e que restringe a sua referência; nesse nível de esquematicidade admite-se muita variedade de significado. O que interessa aqui é a presença de emparelhamento, não a definição precisa das relações temáticas.

O Opinador é o Agente de uma ação mental. E, na opinião desse Agente, a festa (Qualificando) teve a Qualidade de ser muito chata. Novamente encontramos a dupla Qualificando – Qualidade, emparelhada como sempre.

5. Predicativos e adverbiais

Em frases como (24),

(24) A Patrícia estava no quintal.

Kury (1985) vê um “complemento adverbial”, definido como “o termo de valor circunstancial que completa a significação de um verbo transitivo adverbial”. [Kury, 1985, p. 50]

Não se trataria, pois, de um caso de predicativo. No entanto, a análise dada acima aos predicativos se aplica aqui sem dificuldade. Em [24] temos um sujeito com o papel temático de Localizando (a coisa cuja localização é asserida) e um complemento *no quintal*, que é o Lugar onde Patrícia estava. Ora, há ainda aqui uma relação de emparelhamento: não podemos ter um Localizando sem que haja um Lugar. O oposto talvez seja possível, ou seja, Lugar sem Localizando – pelo menos se mantivermos a exigência de que o Localizando seja um dos termos da oração. É o caso de

(9) Estava chovendo em Ouro Preto.

onde, como vimos, *em Ouro Preto* é Lugar, e não há Localizando entre os outros termos da oração. Mas como o emparelhamento pode ser unilateral, [24] é caso de emparelhamento, e se analisa assim:

(25)	A Patrícia	estava no quintal
	H	V <i>em</i> SN
	Localizando	Lugar

É interessante notar que o próprio Kury parece aceitar a ideia de que o predicativo pode ser expresso por sintagma preposicionado, quando diz que

Pode vir preposicionado, num predicado verbonominal, o predicativo anexo ao sujeito ou ao objeto: “Ele era tido POR sábio.”; “Acusavam DE injusta a medida.”; “Alçaram-no EM chefe.”¹⁶ [Kury, 1985, p. 28]

Dentro dos pressupostos deste trabalho, não há necessidade de distinguir esses casos dos de “complemento adverbial”: todos eles contêm um SN (sujeito ou objeto) e um sintagma preposicionado. Semanticamente, todos esses exemplos apresentam emparelhamento temático: o papel temático de *ele* se emparelha com o de *sábio*, e o mesmo para *injusta e medida, -no e chefe*.¹⁷

A mesma análise, *mutatis mutandis*, vale para casos em que aparece um advérbio de Lugar:

(26) A Patrícia estava aqui.

Essa frase se analisa da mesma maneira que (24), pelas mesmas razões.¹⁸

6. Voltando à sintaxe simples

Gostaríamos de enfatizar um ponto: não estamos defendendo que se analise como predicativo um sintagma como *no quintal* em

(24) A Patrícia estava no quintal.

¹⁶ Achamos difícil aceitar o terceiro exemplo de Kury; diríamos (ou melhor, escreveríamos) *alçaram-no a chefe*.

¹⁷ A presença da preposição, assim como sua identidade (*em, de* etc.) depende de outros fatores, notadamente a semântica pretendida do sintagma e a valência do verbo.

¹⁸ Com a (pequena) diferença de SAdv no lugar de *em*+SN.

O que temos aqui, sintaticamente, é um sintagma introduzido pela preposição *em*: **em+SN**. Nada mais precisa ser dito acerca das relações **sintáticas** desse constituinte com o resto da oração – em particular, não é necessário definir uma **função sintática** que dê mais informação do que a já fornecida pela classe dos componentes: a preposição *em*, mais um SN. Se esse sintagma preposicionado é predicativo, objeto, ou outra coisa qualquer é uma questão irrelevante para efeitos de descrição gramatical. Relembremos aqui que o objetivo fundamental da descrição é o relacionamento entre formas e significados; e no nosso caso o significado é representado pelo papel temático. Para relacionar papéis temáticos e suas formas em (24), só o que precisamos saber é o seguinte:

- (a) *a Patrícia* é sujeito;
- (b) o outro complemento se compõe de *em+SN*.

Isso, juntamente com informação sobre a valência de *estar*, nos fornece a estrutura temática de (24). “Sujeito” é uma função sintática, devidamente definida em termos sintáticos, inclusive por sua posição na oração;¹⁹ e é a única função que necessitamos definir para a análise completa da frase (24). Nada mais é necessário para estabelecer a relação forma-significado. Consequentemente, a descrição sintática de (24) pode ser maximamente simples.

O mesmo vale para os outros casos. Seja o exemplo

- (27) A Patrícia é a mulher do 404.

Aqui, como vimos, temos que atribuir o papel temático **α Ref** aos dois SNs *a Patrícia* e *a mulher do 404*. Não há preposição para nos ajudar a determinar o papel temático; e como o SN é tematicamente opaco, a identificação do papel temático dos sintagmas depende de propriedades do verbo. Com efeito, (27) tem papéis temáticos diferentes dos de

- (28) A Patrícia beliscou a mulher do 404.

¹⁹ Ver definição de “sujeito” em Perini (2008, 4.2.4).

porque o verbo é outro. *Ser* difere de *beliscar* – Kury diz que *ser* é “um verbo sem significação precisa”, e Huddleston que é “semanticamente vazio”. Sem concordar de todo com essas análises, não há dúvida de que *beliscar* nos diz mais sobre eventos do mundo do que *ser*. Mas *ser* tem significado próprio – na verdade vários, um dos quais é o de nos informar que os dois complementos que o acompanham²⁰ têm a mesma referência. Isso é expresso dizendo que em sua valência o verbo *ser* inclui a diátese

(29)	<i>Ser</i>			
	H	V	SN	
	α Ref		α Ref	

ao passo que *beliscar* tem a diátese

(30)	<i>Beliscar</i>			
	H	V	SN	
	Agente		Paciente	

É fácil verificar que *ser* não ocorre em (29), e *beliscar* não ocorre em (30). Essas diátesses são parte da valência de cada um desses verbos.

Note-se agora que para descrever os papéis temáticos de cada um dos complementos de *ser* não precisamos marcar um deles como “predicativo”; basta saber que é um SN e não é sujeito. O verbo *beliscar* ocorre exatamente com os mesmos complementos, sintaticamente falando, só que os papéis temáticos são diferentes. A seleção dos papéis temáticos e sua distribuição pelos elementos sintáticos são propriedades essenciais de cada verbo, e precisam ser aprendidas pelo usuário da língua para que ele possa utilizar corretamente os verbos. Novamente, vemos que a análise sintática dessas frases como compostas apenas de **H V SN** basta para nossos objetivos descritivos. O que os complementos não-sujeitos de (26) e (27) têm de especial é que seus papéis temáticos são emparelhados com os do sujeito, coisa que não se observa em (28).

²⁰ Pedimos perdão por chamar o sujeito de complemento; temos nossas razões.

Vejamos agora

(6) A Cristina é magra.

A análise sintática é um pouco diferente da de (27), porque temos um sintagma adjetivo no lugar do segundo SN. O SAdj tem o papel temático de Qualidade, atribuído ao Qualificando que é *a Cristina*; esses papéis temáticos são, como já vimos, emparelhados. A análise completa fica assim:

(31)	A Cristina	é	magra
	H	V	SAdj
	Qualificando		Qualidade

Agora podemos explicar o que está por trás do fenômeno observado por Huddleston: o SAdj é típico nessa construção porque pode exprimir Qualidade – ou seja, um sintagma adjetivo é tipicamente qualificativo (essa propriedade provém do potencial temático do próprio adjetivo). Mas é possível colocar aí um SN, produzindo uma construção ligeiramente diferente, isso porque alguns SNs têm também potencial qualificativo; é o caso de

(32) O Cris é o maior jogador de boliche do mundo.

Essa frase se analisa como

(33)	O Cris	é	o maior jogador de boliche do mundo.
	H	V	SN
	Qualificando		Qualidade

Já a frase

(2) Meu irmão chegou atrasado.

requer uma análise um pouco mais complexa, porque *meu irmão* é não apenas o Qualificando da Qualidade *atrasado*, mas também o Tema – e possivelmente o Agente – de *chegar*. Mas no que nos interessa é paralela

às anteriores, porque envolve um par de papéis temáticos emparelhados.

Passando aos casos tradicionalmente analisados como de “predicativo do objeto”, temos

- (3) Meu irmão achou a festa muito chata.

já discutida na seção anterior. E em

- (11) A Patrícia acha o Cris o maior jogador de boliche do mundo.

o maior jogador de boliche do mundo é Qualidade pelas razões que acabamos de ver em conexão com o exemplo (30). A diátese realizada como (11) se analisa como

- | | | | | |
|------|------------|------|--------------|----------------------|
| (34) | A Patrícia | acha | o Cris | o maior jogador |
| | | | | de boliche do mundo. |
| | H | V | SN | SN |
| | Opinador | | Qualificando | Qualidade |

Nessa diátese cabem verbos como *achar*, *considerar* e *julgar*.

Note-se como a representação sintática pode ser mantida em limites muito estreitos, resultando em uma análise extremamente simples e direta. As complexidades, que não faltam, ficam por conta do plano semântico – muito em especial a definição e delimitação dos papéis temáticos. Para a análise dos predicativos da gramática tradicional, não é necessário entrar nessas complexidades, porque só nos interessa o fenômeno do emparelhamento, que se deixa ver em geral com muita clareza.

O mesmo raciocínio se aplica a todos os casos tradicionais de “predicativo”. Concluo que a função sintática denominada “predicativo” é supérflua, porque o comportamento dos sintagmas em questão pode ser descrito em termos de suas propriedades **semânticas**. Nessas frases não temos predicativo, nem complemento adverbial, nem nenhuma função sintática em especial; trata-se de um termo da oração que não é sujeito, e isso nos basta.

7. Concordância nominal

Como vimos, nos casos tradicionais de predicativo existe uma relação semântica especial entre dois dos termos da oração: o predicativo,²¹ de um lado, e de outro, conforme o caso, o sujeito ou o objeto. Essa relação semântica aparece como o emparelhamento dos papéis temáticos dos dois termos vinculados.

Mas existe um outro vínculo entre esses termos, desta vez representado formalmente, a saber a concordância nominal de gênero e número. Voltando a um exemplo anterior,

(1) Meu irmão é alto.

verificamos que há concordância entre o sujeito e o sintagma adjetivo *alto*, ou seja, justamente entre os dois termos ligados pela relação de emparelhamento temático. Ora, a concordância ocorre em todos os casos de emparelhamento, sujeita apenas às limitações morfológicas dos sintagmas envolvidos. E não há caso de concordância nominal a não ser em situação de emparelhamento.

Essa é uma correlação interessante,²² porque condiciona um fenômeno tradicionalmente considerado morfossintático a um fenômeno de ordem semântica: a concordância nominal ocorre se e somente se houver emparelhamento de papéis temáticos.

Sabe-se que a concordância é limitada pelas propriedades morfológicas dos sintagmas. É por isso que não há concordância em

(24) A Patrícia estava no quintal.

já que o sintagma *no quintal*, como todo sintagma preposicionado, não varia em gênero e número. Mas a concordância aparece em

²¹ Vamos continuar utilizando esse termo tradicional para facilidade de referência; como apontamos na seção 7, não se trata de uma função sintática legítima.

²² E até hoje, que saibamos, nunca notada.

(35) A Patrícia estava próxima.²³

É fácil verificar que a concordância nominal (sujeita à limitação acima) ocorre em todos os casos de emparelhamento; e que só há concordância em casos de emparelhamento. Em outras palavras, o emparelhamento temático é como que espelhado em um “emparelhamento” formal de gênero e número. Estamos falando da concordância nominal fora do SN, como a que há entre *a Patrícia* e *próxima* em (35). Mas mesmo dentro do SN suspeitamos que a condição funciona: por exemplo, no SN

(36) As janelas amarelas

o papel temático de *amarelas* é Qualidade, sendo *janelas* o Qualificando – papéis temáticos emparelhados, portanto. Mas no SN há relações temáticas ainda pouco conhecidas, como a que liga o artigo *as* ao núcleo *janelas*. Por isso preferimos não estender a condição proposta acima à concordância entre os termos internos do SN; ficamos à espera de estudos do assunto.

8. O predicativo do sujeito com verbos significativos

Analisa-se como predicativo complementos que ocorrem não apenas com verbos “de ligação”, como *ser*, mas também com os chamados “verbos significativos”. Por exemplo,

(37) Meu irmão saiu atrasado.

(38) Meu irmão saiu uma fera.

A frase (38) é particularmente interessante porque inclui um SN não-sujeito (*uma fera*) com o verbo *sair*, que normalmente só admite um SN, a saber, o sujeito:

²³ Embora não em seu quase sinônimo *a Patrícia estava perto*.

(39) * Meu irmão saiu os meninos / * meu irmão saiu a sala ...

A razão da aceitabilidade de um SN supranumerário em (38) é que esse SN – assim como o SAdj *atrasado* que aparece em (37) – pode receber o papel temático de Qualidade. E é por isso que *os meninos* ou *a sala* não são aceitáveis como SNs não-sujeitos de *sair*: são sintagmas sem potencial qualificativo.²⁴

Esse sintagma supranumerário depende de condições semânticas independentes da valência do verbo da oração, sendo portanto, em termos tradicionais, um adjunto e não um complemento,²⁵ porque pode ser acrescentado a uma oração tematicamente saturada. Assim, o verbo *enfrentar* só admite sujeito e objeto, como se vê pelos exemplos

(40) A Sônia enfrentou o patrão.

(41) * A Sônia enfrentou o patrão o colega.

(42) * A Sônia enfrentou o patrão a minha vizinha.

No entanto, podemos ter

(43) A Sônia enfrentou o patrão uma fera.

onde aparece um SN não previsto na valência de *enfrentar*. Mas, assim como em (40), em (43) esse SN, *uma fera*, tem potencial qualificativo, podendo exprimir um atributo de Sônia. E novamente encontramos emparelhamento: *uma fera* é a Qualidade atribuída ao Qualificando *a Sônia*. Esse SN qualificativo, embora independente do verbo (e por isso adjunto), depende da presença de um sintagma com o papel temático de Qualificando na oração, não sendo portanto realmente autônomo do ponto de vista temático.

Tudo isso sugere uma regra preliminar:

²⁴ Notar como essa explicação substitui com vantagens a explicação tradicional de que o verbo *sair* recusa SN objeto, mas aceita se esse SN for predicativo.

²⁵ É o único caso conhecido de SN adjunto em nível oracional. Há um caso de SN adjunto dentro de outro SN, o chamado “aposto”: *dom Pedro, o primeiro imperador*.

Um sintagma de Qualidade pode ser acrescentado sempre que houver na oração um sintagma adequado a ser o seu Qualificando.

Essa regra explica a ocorrência de SNs aparentemente supranumerários como *uma fera* em (38) e (43), desde que a condição de congruência semântica seja satisfeita. Naturalmente, é ainda mais fácil o acréscimo de um SAdj, em virtude de sua propriedade (já observada por Huddleston) de exprimir Qualidade:

(44) A Sônia enfrentou o patrão furiosa.

O que é interessante na regra não é a exigência de um Qualificando para a ocorrência da Qualidade, já que isso decorre automaticamente do caráter emparelhado dos dois papéis temáticos. O interessante é a liberdade de acréscimo de SN ou SAdj como constituintes oracionais independentemente da valência do verbo – liberdade que em geral se concebe como privilégio exclusivo de sintagmas adverbiais (preposicionados ou não).

O acréscimo do SN ou SAdj é bastante livre. Assim, é possível acrescentar *uma fera* ou *furioso(a)* a muitas frases, como

(45) O diretor convocou o secretário uma fera.

(46) O diretor apareceu uma fera.

(47) O diretor chegou na janela uma fera.

Mas não podemos ter

(48) * O diretor apanhou da mulher uma fera.

Isso deve ser porque *uma fera* só pode qualificar o sujeito, não o objeto. Essa restrição não pode ser formulada simplesmente em termos de Agente e Paciente, porque em (48) *uma fera* não pode qualificar *da*

mulher, que no entanto exprime o Agente.²⁶ Por outro lado, *uma fera* em (48) não pode qualificar *o diretor*, que é o sujeito, aparentemente porque é Paciente.

Por isso mesmo a frase

(47) A Sônia enfrentou a secretária *uma fera*.

não parece admitir a acepção segundo a qual a secretária é qualificada como “*uma fera*”; só é aceitável no sentido de que Sônia estava *uma fera*.²⁷

Ou seja, a julgar por esses poucos exemplos, o termo qualificativo só se emparelha com o sujeito, e só se este for Agente – uma condição **simbólica**, não sintática nem semântica. Essa restrição exclui a possibilidade de se analisar a presença desses sintagmas através de acréscimo livre, mais um filtro semântico. Com efeito, nada impede, semanticamente falando, *uma fera* de qualificar *a mulher* em (48), e no entanto isso não ocorre, o que mostra que há um componente sintático: o predicativo aí qualifica o sujeito, e não outro termo qualquer.

Portanto, temos que reformular a regra preliminar no seguinte sentido:

Regra do predicativo com verbos significativos (RPVS)

Um sintagma de Qualidade pode ser acrescentado sempre que houver na oração um sintagma *sujeito e Agente* adequado a ser o seu Qualificando.

²⁶ *Uma fera* pode ocorrer como aposto de *a mulher*, isto é, como elemento interno do SN: *o diretor apanhou da mulher, uma fera*. Essa construção é nitidamente distinta da de [48]: *a mulher, uma fera* é um SN aí.

²⁷ Em *a Sônia enfrentou a secretária furiosa* é possível entender *furiosa* (também) como qualidade da secretária, mas isso dentro de um SN *a secretária furiosa*, onde o qualificativo não é predicativo, nem é constituinte imediato da oração, mas apenas do SN.

O acréscimo da especificação “sujeito e Agente” caracteriza essa regra como simbólica, e não simplesmente sintática ou semântica.²⁸

Com alguns verbos, no entanto, o predicativo qualifica justamente o objeto, não o sujeito. É o caso de

(50) O Joaquim acha o Pedrinho o melhor aluno da sala.
Qualificando Qualidade

(51) Ela me xingou de burro.
Qualificando Qualidade

Nesses casos, as indicações são de que o sintagma qualificativo é complemento, e depende, para seu papel temático e mesmo para sua ocorrência, do verbo da oração. Ou seja, a relação entre *o melhor aluno da sala* e *o Pedrinho* (e não *o Joaquim*) depende de o verbo ser *achar*, já que, como vimos, no caso geral a relação se faz com o sujeito – *achar* é um caso excepcional, ao lado de *considerar* e *julgar*. No caso de (50), o predicativo parece ser inclusive de ocorrência obrigatória; a frase

(52) O Joaquim acha o Pedrinho.

é inaceitável, ou pelo menos só é aceitável em uma acepção bem diferente do verbo *achar* (como em *o Joaquim achou o Pedrinho, que estava escondido debaixo da cama*).

Temos, pois, duas situações básicas:

- (a) o predicativo com verbos significativos pode ser resultado da aplicação da RPVS, que acrescenta um sintagma qualificativo sujeito apenas à presença de um sujeito Agente e tematicamente congruente com o sintagma qualificativo; e
- (b) o predicativo pode ser resultado de exigências da valência do verbo, como o verbo *achar*, que admite uma diátese com objeto e outro sintagma, SN ou SAdj, de valor qualificativo, sendo o objeto o Qualificando.

²⁸ Não vamos discutir como integrar esse tipo de regra em uma teoria gramatical; baste, no momento, a observação e descrição dos fatos.

Preferimos descrever a primeira situação como regra porque parece ser o caso geral, sem restrição lexical. Acreditamos mesmo que há possibilidade de acrescentar o adjunto qualificativo a frases onde há complemento predicativo; por exemplo,

(53) Ela me xingou de burro furiosa.

pode ser entendido com *furiosa* como Qualidade de *ela* (Qualificando).²⁹

A segunda situação é prerrogativa de um grupo bem restrito de verbos: *achar, julgar, considerar*, sendo portanto lexicalmente condicionada, não resultado de uma regra geral (gramatical **stricto sensu**). Isso significa que a valência desses verbos deve incluir uma diátese que menciona o sintagma qualificativo; já no caso geral esse sintagma é acrescentado livremente, e portanto não deve figurar na diátese.

Note-se finalmente que o predicativo com verbos significativos parece ser sempre um qualificativo (*lato sensu*); não conheço exemplos com sintagmas com papéis temáticos como α Ref ou Lugar.

9. Aspectos sintáticos

Uma das razões que podem ser alegadas para distinguir entre o predicativo e o objeto é que eles teriam comportamento sintático diferente. Esse comportamento tem a ver com a ordem de ocorrência na oração (como as possibilidades de topicalização e outros deslocamentos) e com as condições de ocorrência dos clíticos (pronomes oblíquos). Vamos argumentar que nenhum desses fenômenos realmente exige, para sua descrição, a postulação de uma função sintática autônoma de predicativo.

²⁹ A frase melhora bastante com o acréscimo de uma vírgula ou, na fala, da cesura correspondente: *ela me xingou de burro, furiosa*. A função da vírgula é justamente contrariar a tendência a formar um constituinte com *burro + furiosa*. Não vemos razão para analisar esse elemento virgulado diferentemente do mesmo elemento sem vírgula (ele pode inclusive ser topicalizado, como se sabe). Mas confessamos que não examinamos esses casos com cuidado.

9.1. Ordenação

O predicativo normalmente ocorre na mesma posição que o objeto:

(54) A Carol chamou a manicure.

(55) A Carol é a manicure.

O objeto,³⁰ como se sabe, tem certas possibilidades de ocorrência em outras posições na oração – em particular, pode ocorrer no início, como tópico:

(56) A manicure, a Carol chamou.

Nessa frase se entende *a manicure* contrastivamente, antecipando uma continuação como por exemplo *...mas esqueceu de chamar a cabeleireira*. O mesmo ocorre, em alguns casos, com o predicativo:

(57) Uma manicure competente, a Carol é.

Com o verbo *ser*, parece ser mais fácil topicalizar um sintagma atributivo, como *uma manicure competente*, ao passo que um sintagma referencial (com o papel temático α Ref) não se topicaliza. Não sabemos dizer por que é assim; mas o fator decisivo parece ser a semântica – ou traços do próprio sintagma ou seu papel temático. Por exemplo:

(58) A Carol é essa menina aí.

(59) *Essa menina aí, a Carol é.

O efeito do papel temático se percebe inclusive em casos de objeto direto tradicional. Por exemplo,

(60) Vinte soldados compunham um pelotão.

(61) *Um pelotão, vinte soldados compunham.

³⁰ Isto é, caso o tópico em (56) seja analisado como objeto pela gramática tradicional. Como tais frases tendem a ser ignoradas nas gramáticas, é difícil verificar.

O sintagma *um pelotão*, analisado tradicionalmente como objeto direto, tem o papel temático de α Ref, o que pode ser a razão para que a versão topicalizada da frase seja bloqueada.

O mesmo parece ocorrer em

(62) Honório virou um lobisomem.

(63) * Um lobisomem, Honório virou.

Não é nada claro o que governa a possibilidade de ocorrência do tópico; mas certamente não coincide com a diferença tradicional entre predicativo e objeto.³¹

O chamado predicativo do objeto não parece ocorrer como tópico, e muitos falantes rejeitam frases como

(64) ?? O maior jogador de boliche do mundo, a Patrícia acha o Cris.

(65) ?? Inteligente, a mamãe considera o Albert.

Há várias maneiras de descrever esse fenômeno, e nem todas envolvem uma diferença funcional entre os SNs *o Cris* e *o maior jogador de boliche do mundo*. Uma possibilidade (sintática) seria que a ocorrência de SN ou SAdj tópico é bloqueada na presença de outro SN não-sujeito. Essa solução lança mão de funções sintáticas, mas apenas da distinção entre sujeito e não-sujeito, sendo supérflua a presumida distinção entre objeto e predicativo. Pode também ser que haja restrições de ordem semântica, ainda a investigar. De qualquer maneira, a descrição dos fatos de (63), (64) e (64) não dependem da postulação de uma função sintática autônoma de predicativo.

³¹ Esse fenômeno foi estudado por Postal (1971), dentro do contexto de um modelo transformacional. Ele propôs uma restrição segundo a qual sintagmas co-referentes não poderiam “cruzar” um sobre o outro ao serem transportados para outras posições na sentença.

9.2. Clíticos

Uma diferença entre objeto e predicativo que ocorre em certas línguas é que o predicativo fica no caso nominativo, ao passo que o objeto fica no acusativo. Assim, em latim temos:

(66) Tiberius imperatorem uidit. ‘Tibério viu o imperador’
[*imperatorem*: acusativo]

(67) Tiberius imperator erat. ‘Tibério era o imperador’ (*imperator*: nominativo)

Seria o caso de verificar se o mesmo ocorre em português, usando as únicas palavras que mostram flexão de caso, a saber, os pronomes pessoais.

Os pronomes pessoais têm formas de “nominativo”, como *eu*, *nós* (formas **retas**) e formas de “acusativo”, como *me*, *nos*, chamadas **pronomes oblíquos**, e, por serem átonos, também **clíticos**. Os pronomes clíticos correntes no português brasileiro são apenas os seguintes: *me*, *te*, *se*, *nos* e *lhe*. Desses, *lhe* tem distribuição geográfica restrita, e *nos* sofre a concorrência de *a gente*, que tende a substituir todas as formas de *nós*. No entanto, *nós* / *nos* ainda é normal em todas as regiões, de modo que vai ser considerado aqui juntamente com os demais clíticos. *Lhe*, muito raro no falar de Minas Gerais, fica de fora, à espera de estudo específico. Os pronomes clíticos (ou simplesmente **clíticos**³²) apresentam idiosincrasias no plano sintático, e desse ponto de vista já foram estudados.

Os fatos do latim, esquematizados acima, sugerem a necessidade de postular uma função morfossintática especial para palavras como *imperator*, quando não são sujeito: talvez predicativo. Para demonstrar que o mesmo vale em português, seria necessário mostrar que *eu* ocorre como não-sujeito; e seria de esperar que isso ocorra com certos verbos,

³² A noção de “clítico” não se restringe aos pronomes; pode-se dizer que as preposições, por exemplo, são também clíticos.

como consequência de sua valência – como é o caso em latim, onde *imperator* não-sujeito ocorre om o verbo *erat*, mas não com *uidit*. Se essa situação se verificar em português, poderemos dizer que certas diáteses verbais terão que incluir a função “predicativo” para certos SNs, que se realizam como pronomes retos: *eu e nós*.³³

Mas ao examinar os dados do português não encontramos orações com essa estrutura. Ao lado de

(68) O professor me viu.

o que encontramos é

(69) O professor sou eu.

Com efeito ocorre em (69) a forma reta do pronome, não a oblíqua. Mas o verbo *ser* concorda com o pronome, o que mostra que ele é sujeito, e não predicativo. O predicativo, se estiver presente, tem que ser *o professor*, mas aqui já não podemos ver a variação de caso, que não existe para esse SN. Assim, (69) não nos diz nada sobre a necessidade de distinção entre predicativo e objeto, do mesmo modo que (70):

(70) Eu sou o professor.

Se o português seguisse estritamente o latim neste particular, seria de esperar

(71) O professor é eu.

Essa frase de fato ocorre, mas em variedades da língua que não realizam a concordância do verbo com sujeito posposto; portanto, mesmo nessas variedades, é possível defender que *eu* é o sujeito, pelo menos no sentido em que *os caixote* é sujeito em

(72) Já chegou os caixote.

³³ Na verdade, nem isso: o que vai ser necessário é mencionar o caso nas diáteses (o que em latim é inevitável, por exemplo nos casos onde os casos correspondem a algumas das preposições do português).

Não vamos levar em conta essas formas, porque pertencem a uma variedade da língua onde o próprio fenômeno da concordância precisa ser reanalisado.

No dialeto que estamos estudando, então, uma frase como *eu sou o professor* pode perfeitamente ser analisada como

- (73) Eu sou o professor
 H V SN

É simplesmente uma das diáteses do verbo *ser*, e o único papel temático envolvido é α Ref, associado aos dois SNs da oração. E a frase *o professor sou eu* vai ser

- (74) O professor sou eu.
 SN V H

com a mesma estrutura temática, e estrutura sintática parecida, apenas com os complementos em ordem inversa.³⁴

Alguns autores, tratando do fenômeno em outras línguas românicas, chegaram perto dessa análise, mas hesitaram em dar o último passo de analisar *eu* em (74) como sujeito, talvez pelo peso da tradição, que analisa esse sintagma como predicativo – e pagaram o preço de postular aí um caso excepcional de concordância do verbo com o predicativo. Salvi e Vanelli (1992), analisando frases do italiano como

- (75) Il vincitore è Giovanni. ‘o vencedor é Giovanni’

- (76) Tutto ciò sono calunnie. ‘tudo isso são calúnias’

afirmam que

³⁴ Essa inversão tem a ver com o efeito de “atração” que o pronome de primeira pessoa exerce sobre a concordância verbal. É um fenômeno reconhecido na gramática adicional (ver Bechara, 2009, p. 558), mas analisado como sendo de concordância com o predicativo, o que leva a verdadeiros becos sem saída na hora de definir sujeito. Nós preferimos considerar sujeito o elemento com o qual o verbo concorda.

Como o elemento especificador [*Giovanni, calunnie*] apresenta propriedades sintáticas análogas às do sujeito pré-verbal, podemos concluir que ele ocupa na frase uma posição comparável à do sujeito: fora do SV, mas depois dele. [Salvi e Vanelli, 1992, p. 27]

Concordamos com essa conclusão, mas não vemos por que a cautela: *Giovanni* em (75), *calunnie* em (76), assim como *eu* em (74), é o sujeito, não apenas “ocupa uma posição comparável à do sujeito”. Note-se que, mesmo admitindo as diversas (e incoerentes) definições de sujeito encontradas na gramática tradicional, não há razão nenhuma para analisar *o professor* em (74) como sujeito: primeiro, não se pode dizer que a frase “faz uma declaração sobre” o professor – é pelo menos igualmente claro que faz uma declaração sobre mim;³⁵ depois, a concordância do verbo se faz com *eu*, não com *o professor*.

Leborans (1999) reconhece o estatuto de sujeito de *eu* em *o professor sou eu*,³⁶ no contexto de uma duplicidade de “sujeitos”: lógico e gramatical. Após comentar que em construções como

(77) El problema soy yo.

o segundo SN é “fortemente referencial”, ao contrário do caráter atributivo do primeiro, diz ela:

uma das expressões vinculadas por *ser* cópula importa por seu conteúdo descritivo – descreve uma entidade em termos de uma de suas propriedades – e a outra por seu rendimento referencial. Naturalmente, é esta última a expressão idônea para funcionar como sujeito lógico.
(...)

³⁵ Essa definição é a de tópico, claro, não de sujeito. Mas é a definição “oficial” de sujeito encontrada nas gramáticas escolares.

³⁶ Ou melhor, em frases espanholas semelhantes.

o sujeito gramatical coincide com o sujeito ‘lógico’ (semântico ou temático), de modo que é este o que atrai a concordância do verbo. [Leborans, 1999, pp. 2408 e 2413]

Nós diríamos que, excluindo-se o uso duplo do termo “sujeito”, essa é basicamente a nossa conclusão: o sujeito de (69) e de (74) é *eu*. Leborans acrescenta que “nesse sentido, o sujeito gramatical não é necessariamente um sujeito sintático – de posição – (não se coloca obrigatoriamente em posição preverbal)”. Não vemos utilidade nessas distinções excessivamente finas de tipos de sujeito: um sujeito “gramatical” que não se posiciona como sujeito. Há aqui uma confusão entre o aspecto semântico e o formal: o sujeito, assim definido, seria uma relação simbólica, ou talvez puramente semântica, e ficamos sem saber qual é a pista formal que o falante utiliza para sinalizar essa relação semântica. Ou seja: digamos que o sujeito seja o sintagma que tem mais “rendimento referencial” – mas de onde é que o receptor vai partir para sabe qual dos SNs de (77) tem mais rendimento referencial? Como se vê, falta ainda uma definição formal de sujeito, ou coisa equivalente.

Em vista dos fatos apresentados, parece forçoso concluir que não existe evidência em favor da função sintática de “predicativo” em português. Os traços semânticos apontados como característicos do predicativo podem ser facilmente analisados como decorrência de papéis temáticos atribuídos a SNs não-sujeito. Os fatos sintáticos referentes à posição no período não mostram diferenças entre o predicativo e o SN não-sujeito. Finalmente, a forma dos pronomes (retos x oblíquos) tampouco autoriza a postulação de uma função sintática especial para os predicativos da análise tradicional.

Consequência disso para a descrição das valências verbais é que não existem diáteses verbais que exijam a presença de um predicativo; elas podem ser descritas adequadamente com o uso exclusivo dos símbolos

categoriais SN e, ocasionalmente, preposição + SN, mais a posição em que aparecem na oração.

10. Questões em suspenso

A discussão acima é bastante preliminar, principalmente no que diz respeito ao emparelhamento de papéis temáticos, que nunca foi explicitado na literatura. A seguir vamos mencionar algumas questões de interesse relacionadas ao emparelhamento; certamente existem outras, que vão aparecer no decorrer da pesquisa futura.

10.1. Que papéis temáticos podem ser emparelhados?

Vimos exemplos de diversos pares de papéis temáticos emparelhados, a saber: α -Ref / α -Ref; Qualificando / Qualidade; Localizando / Lugar. Um quarto caso é sugerido por Mateus *et al.* (1983); segundo as autoras, em certos casos

a relação semântica entre o SU[jeito] e o PRED[icativo] é a de **inclusão da entidade designada por SU na classe que o PRED define intensionalmente**, e o PRED **apresenta as mesmas marcas de género e número** do SU: [Mateus *et al.*, 1983, p. 232; negritos do original]

Os exemplos dados por Mateus *et al.* são:

(78) A Maria é escultora.

(79) O Luís e o Antônio são atores.

Essa relação não nos parece idêntica a nenhum dos papéis temáticos emparelhados vistos acima; mas constitui com certeza um caso de emparelhamento. *Escultora* em (78) não parece ser propriamente uma

qualidade de Maria, mas antes, como observam Mateus *et al.*, um conjunto a que Maria pertence. Será então possivelmente um novo par de papéis temáticos, que podemos chamar de Conjunto e Membro – sempre, evidentemente, emparelhados, já que não faz sentido falar de um “membro” sem explicitar o conjunto a que ele pertence. Nesse caso não há concordância, dado que ambos os termos são expressos por SNs, mas existe a condição de congruência já observada para

(7) A Cristina é a diretora da escola.

(80) O Edu e a Gabriela são um casal simpático.

Talvez haja outros exemplos de emparelhamento; fica a sugestão de procurá-los.

10.2. Emparelhamento e decomposição dos papéis temáticos

A conhecida proposta de Dowty (1989; 1991) de decomposição dos papéis temáticos em propriedades atomísticas (*controle, afetado, estativo* etc.) foi retomada para o português por Franchi e Cançado (2003) e certamente merece consideração. Tendemos a acreditar que teremos que chegar a esse tipo de análise eventualmente, e só não o adotamos desde já por causa da complicação que ele traz à investigação de temas já de si tão complexos.

Vimos acima um caso em que a marca temática de um sintagma precisa ser expressa em propriedades mesmo se usarmos os papéis temáticos tradicionais:

(2) Meu irmão chegou atrasado.

Aqui *meu irmão* veicula um feixe de papéis temáticos: é Agente, Tema e Qualificando. Essa é apenas uma maneira preliminar de expressar um feixe de propriedades; mas vamos considerar os papéis temáticos tradicionais para não nos desviarmos do assunto.

O que interessa aqui é que *meu irmão* é tematicamente emparelhado com *atrasado* **somente no que diz respeito ao papel temático Qualificando**. Os outros ingredientes temáticos (Agente, Tema) não se emparelham com Qualidade (*atrasado*), nem com nada mais. Isso revela uma característica interessante do emparelhamento: ele pode ser seletivo, afetando apenas alguns ingredientes da marca temática total de um sintagma. Ou, talvez melhor, o que se emparelha são as propriedades, não os feixes inteiros a que chamamos “papéis temáticos”.

A questão do emparelhamento coloca certamente muitas outras questões de interesse a serem exploradas no contexto de uma pesquisa mais estendida.

11. Concluindo: o que é isso que chamam de predicativo?

11.1. Os fatos

O que vem a ser, em conclusão, o **predicativo**, essa função gramatical reconhecida na gramática tradicional e em geral na linguística corrente? Quais são os fatos que essa noção captura, e até que ponto a análise tradicional é adequada para exprimi-los? E qual é a maneira de exprimir esses fatos mantendo o princípio de uma sintaxe tão simples quanto possível?

Recapitulando, o que tradicionalmente se observa é o seguinte:

- (1) o termo chamado tradicionalmente de predicativo “dá informação” a respeito de outro termo da oração, o sujeito ou o objeto direto (que podemos chamar de **antecedente**);³⁷
- (2) o SN pode ser objeto ou predicativo, mas o SAdj só pode ser predicativo;

³⁷ Há notícia (Kury, 1985, p. 27) de predicativo informando a respeito do chamado “objeto indireto”, mas isso não parece ser comum no PB. Seria o caso de *a Pedro chamou-lhe Cristo “Cephas”, pedra*. Esse uso, atestado em Vieira, não ocorre atualmente (Vieira faleceu em 1697).

- (3) o SAdj é “mais central” do que o SN para ocupar a função de predicativo;
- (4) o predicativo e seu antecedente (sujeito ou objeto) se vinculam por uma condição semântica de adequação, que impede que se diga * *o Renato era alguns advogados*; essa condição não se verifica com o objeto: *o Renato contratou alguns advogados*;
- (5) orações com sujeito e predicativo “se caracterizam pela reversibilidade”:³⁸ *a Célia é a diretora* ~ *a diretora é a Célia*.
- (6) “[o predicativo] pode vir preposicionado, num predicado verbonominal”: *ele chamou a menina de burra*;
- (7) o predicativo concorda em gênero e número com seu antecedente;
- (8) o verbo (de ligação) “não tem significação precisa”, ou “é semanticamente vazio”;
- (9) o predicado verbonominal “possui dois núcleos significativos”.

Nem todas essas observações são empiricamente adequadas. Quanto às que exprimem fatos, vamos mostrar como a análise aqui proposta dá conta deles. Para começar, vamos tirar do caminho algumas incorreções.

A afirmação (8) acima, de que o verbo de ligação seria semanticamente vazio, não se sustenta a não ser em certa medida. É verdade que *ser* não é tão informativo quanto, por exemplo, *comer*, que nos dá muitos detalhes de uma ação específica. No entanto, *ser* em uma frase como

- (1) Meu irmão é alto.

diz bem mais do que apenas o tempo, pessoa e número. O verbo aí exprime uma observação de fato, ao contrário de

- (81) Meu irmão parece alto.

³⁸ Evans e Green (2006).

onde *parecer* (também tradicionalmente analisado como de ligação) exprime uma observação de aparência, não de fato. Como se vê, não se trata de uma oposição entre verbos significativos e verbos sem “significação precisa”, mas antes uma diferença de ingredientes semânticos. Além disso, o próprio verbo *ser* pode exprimir diversas relações, como

(82) A falência do banco foi a minha salvação.

onde *ser* exprime uma relação de causa: a falência do banco causou minha salvação. Ou então

(83) Meu irmão é aquele rapaz de camisa vermelha.

onde *ser* liga elementos co-referentes (portadores do papel temático α Ref), ao passo que em (1) liga um Qualificando a sua Qualidade.

A ideia de que os verbos de ligação (e verbos leves em geral) têm “pouco significado” não é de todo desprovida de mérito, e capta alguma coisa dos fatos. Mas a relação não é simples, e ainda requer estudo para o esclarecimento de muitos detalhes.

Passando à afirmação (9), de que o predicado verbonominal “possui dois núcleos significativos”, é também necessário acrescentar alguma qualificação. Esquecendo o sujeito (já que a afirmação foi feita sobre o predicado), pode-se realmente dizer que em uma frase como

(2) Meu irmão chegou atrasado.

temos dois núcleos principais de significado, *chegou* e *atrasada*. Mas é preciso ter em mente que nos predicados ditos nominais, como nos exemplos (82) e (83) acima, há também mais de um núcleo semântico, porque o verbo de ligação tem algum significado. E na frase

(2) Meu irmão achou a festa muito chata.

o predicado tem três núcleos de significado, a saber, *achou*, *a festa* e *muito chata*. Ainda aqui a posição tradicional simplifica excessivamente um

fenômeno que é bastante complexo – pois não basta dizer que um termo “tem significado”, porque não se trata de uma questão de ter ou não ter significado, mas da presença de vários ingredientes de significado.

11.2. Interpretando os fatos observados

Vamos examinar agora os fatos (1) a (7) listados na seção precedente. Vimos que, além de uma análise sintática mínima, devemos incluir na análise os papéis temáticos dos diversos sintagmas. Em alguns casos os papéis temáticos são emparelhados; isso não precisa aparecer na notação, porque é propriedade de cada papel temático e consta de sua definição. Passando então à análise dos fatos tradicionalmente observados:

(1) O predicativo “dá informação” a respeito de outro termo da oração, a saber o sujeito ou o objeto direto.

Isso é decorrência automática do emparelhamento dos papéis temáticos. O que a tradição identifica como predicativo são justamente casos em que há dois papéis temáticos emparelhados – e é o emparelhamento temático que se percebe como informação de um deles sobre o outro. Em

(1) Meu irmão é alto.

alto dá informação sobre *meu irmão*, e assim por diante para todos os casos vistos.

O único comentário a acrescentar é que há casos de um termo dando informação sobre outro e que não é analisado tradicionalmente como predicativo. Vimos isso no exemplo

(24) A Patrícia estava no quintal.

onde o sintagma *no quintal* é o Lugar e *a Patrícia* é o Localizando – dois papéis temáticos emparelhados, como sabemos. Aparte isso, não é necessário fazer distinção de função sintática entre esse caso e o de (1),

porque toda a informação relevante já está presente: os papéis temáticos decorrem da valência do verbo *estar*, que, em uma de suas diáteses, inclui justamente Lugar e Localizando; a forma sintática do complemento está igualmente representada na formulação da diátese, ou seja,

(84)	H	V	<i>em</i> +SN
	Localizando		Lugar

Da mesma maneira, a frase

(1) Meu irmão é alto.

se analisa como

(85)	H	V	SAdj
	Qualificando		Qualidade

Atribuir ao sintagma preposicionado *no quintal* ou ao sintagma adjetivo *alto* uma “função” sintática especial não acrescenta nada à expressividade da análise. Toda a informação necessária à construção formal e à interpretação semântica dessas frases está presente nas fórmulas (84) e (85), respectivamente.³⁹

(2) O SN pode ser objeto ou predicativo, mas o SAdj só pode ser predicativo.

Isso se deve ao caráter referencial da informação que o objeto, sendo um SN, tipicamente veicula. Muitos SNs podem ter significado atributivo, embora o SN seja mais frequentemente referencial; mas o SAdj só pode ser qualificativo, nunca referencial. Isso o exclui da função de objeto,⁴⁰ ao passo que tanto o SN quanto o SAdj podem ser (o que tradicionalmente se chama) predicativos, por duas razões: o SN pode ter acepção atributiva, e há predicativos referenciais (como os casos ligados

³⁹ Nos referimos aqui, evidentemente, à porção do significado que depende de informação morfossintática – basicamente, os papéis temáticos dos diferentes sintagmas.

⁴⁰ E também da de sujeito.

pelo papel temático α Ref), como em

- (7) A Cristina é a diretora da escola.

(3) O SAdj é “mais central” do que o SN para ocupar a função de predicativo.

É fácil ver que essa propriedade do SAdj vem de sua acepção típica de qualificativo. Huddleston parece definir “mais central” como a propriedade de *qualquer* SAdj de ocorrer como predicativo, ao passo que há restrições para o SN: este só pode ser predicativo se tiver potencial atributivo ou se assumir o papel temático α Ref, o que nem sempre ocorre.

(4) O predicativo e seu antecedente (sujeito ou objeto) se vinculam por uma condição semântica de adequação, que impede que se diga *o Renato era alguns advogados; isso não se verifica com o objeto: o Renato contratou alguns advogados.

Aqui entram em jogo as características do papel temático α Ref: duas entidades dadas como co-referentes precisam ter condições de o serem. Não se trata de um condicionamento linguístico, mas de um aspecto do conhecimento do mundo. Por isso, admite-se casos de singular e plural co-referentes, como em

- (86) O Edu é duas pessoas ao mesmo tempo.

- (80) O Edu e a Gabriela são um casal simpático.

Como o predicativo e seu antecedente são semanticamente vinculados, é mesmo de esperar que haja restrições desse tipo. Já o objeto não sofre esse tipo de vinculação, pois seu papel temático nunca é emparelhado, e portanto não há condições de adequação entre ele e o sujeito.

(5) Orações com sujeito e predicativo “se caracterizam pela reversibilidade”: *a Célia é a diretora ~ a diretora é a Célia.*

Essa propriedade, apontada por Evans e Green (2006), não se aplica da mesma maneira a todos os casos de predicativo. No caso citado por eles, são termos ligados pelo papel temático α Ref, e nesse caso realmente é possível reverter a estrutura conservando o significado (proposicional apenas). Mas em

(2) Meu irmão chegou atrasado.

a reversão não dá bons resultados:

(87) ?? Atrasado chegou meu irmão.

E em

(88) O Jorge parece um cachorro.

a reversão muda nitidamente o significado:

(89) Um cachorro parece o Jorge.

Assim, essa presumida propriedade sintática de reversibilidade não se aplica automaticamente a casos de predicativo (do sujeito), e depende de outros fatores.

(6) “(O predicativo) pode vir preposicionado, num predicado verbonominal”: *ele chamou a menina de burra.*

De fato pode haver emparelhamento de papéis temáticos envolvendo um sintagma preposicionado: *de burra* é uma Qualidade atribuída (pelo Agente) ao Qualificando *a menina*. Alguns verbos admitem Qualidade expressa por sintagma preposicionado, e isso tem que aparecer em sua valência. O caso acima mostra que *chamar* tem em sua valência a diátese

(90)	H	V	SN	<i>de</i> +SAdj
	Opinador		Qualificando	Qualidade
	Agente			

São poucos os verbos que ocorrem nessa diátese (*chamar, xingar*).⁴¹ E vimos que em frases como

(24) A Patrícia estava no quintal.

o constituinte *no quintal* tem as mesmas características geralmente consideradas como sendo de predicativo, embora a análise tradicional veja aí um adjunto ou complemento adverbial.

(7) O predicativo concorda em gênero e número com seu antecedente.

Trata-se de um fenômeno vinculado ao emparelhamento de papéis temáticos, e limitado pelas propriedades morfológicas dos itens lexicais envolvidos. Essa correlação entre concordância e emparelhamento temático é muito interessante, e merece estudo. Por ora, ela precisa ser formulada na gramática independentemente, porque não há nenhuma maneira óbvia de derivar a concordância do emparelhamento, ou vice-versa.

Evans e Green (2006) propõem uma maneira adicional de caracterizar o predicativo: o predicativo seria de ocorrência obrigatória. Dizem eles:

- (6)
- a. I love her funny face [atributivo]
 - b. Her face was funny. [predicativo]

⁴¹ Vimos que Kury cita ainda *ter* na expressão *ser tido por sábio, acusar (acusaram a medida de injusta) e alçar (alçaram-no em chefe [= a chefe?])*. Todos parecem estranhos ao PB atual.

A diferença entre a função atributiva e a predicativa dos adjetivos tem a ver com o quanto o adjetivo é ‘vital’ para a boa formação da unidade gramatical. Em (6a), podemos remover o adjetivo e teremos ainda uma unidade gramatical bem formada (embora menos informativa): *I love her face*. Se removermos o adjetivo de (6b), ficamos com uma unidade gramatical incompleta: *Her face was...* [Evans e Green, 2006, p. 488]

Como quer que se venha a descrever esse fenômeno, ele vai depender não da função do SAdj, mas da valência dos diversos itens envolvidos. Assim, na frase

(91) Eu adoro o rosto engraçado dela.

o qualificativo *engraçado* é parte de um SN, e sua ocorrência vai ser governada pelos fatores que normalmente funcionam dentro do SN. Já em

(92) O rosto dela era engraçado.

não podemos omitir o SAdj:

(93) * O rosto dela era.

Mas a obrigatoriedade do SAdj depende da valência de *ser*, verbo que, como se sabe, nunca ocorre sem complemento. Não há necessidade de marcar *engraçado* em (92) como predicativo, porque a diátese pode ficar assim:

(94)	H	V	SAdj
	Qualificando		Qualidade

Como o verbo *ser* não ocorre em nenhuma diátese da forma **H V** (sem complemento), fica caracterizada a obrigatoriedade de ocorrência de *engraçado* nessa frase. A segunda razão para a inaceitabilidade de (93), claro, é que o papel temático do sujeito seria Qualificando, que só ocorre

juntamente com Qualidade – é isso o que significa ele ser emparelhado. Um papel temático (bicondicionalmente) emparelhado sozinho é inaceitável em princípio.

Examinando as construções acima, fica evidente que todas elas podem ser descritas com uma estrutura sintática muito simples; em particular, uma estrutura que dispensa a postulação de funções tais como “predicativo do sujeito” e “predicativo do objeto”. Tudo o que precisamos, no que diz respeito aos “predicativos” da gramática tradicional, são símbolos categoriais, a saber, SN, SAdj e SAdv, além da especificação de certas preposições. Em outras palavras, não há necessidade nenhuma de postular funções sintáticas abstratas, como a de “predicativo”. Análises como

H V SN *de*+SAdj

são toda a informação sintática de que precisamos para descrever as propriedades sintáticas e semânticas (isto é, temáticas) dos chamados “predicativos”, e portanto estabelecer a parte da relação entre forma e significado que fica a cargo desse instrumento simbólico.

11.3. Caráter do “predicativo” tradicional

O termo tradicionalmente chamado “predicativo” pode portanto ser caracterizado como **um complemento não-sujeito que veicula um papel temático emparelhado ao de outro termo da oração.**

Essa definição captura, a nosso ver, a intuição tradicional que se oculta sob a análise do predicativo como função gramatical. É uma caracterização simbólica, como se vê, e não sintática. Sintaticamente o predicativo não tem nada de peculiar; e, a bem dizer, ainda simbolicamente ele se identifica nesse particular com certos elementos adverbiais, como *no quintal* em

(24) A Patrícia estava no quintal.

que não são tradicionalmente chamados de predicativos.

Todas as outras marcas tradicionalmente associadas à função de predicativo decorrem automaticamente de elementos sintáticos, semânticos e simbólicos independentemente motivados. Conclui-se que a função sintática de “predicativo”, como aliás grande parte das funções sintáticas tradicionais, é desnecessária para a descrição da oração em português.

À parte a presença de papéis temáticos emparelhados, não nos parece que a noção de “predicativo” tenha muita unidade em termos gramaticais. Assim, em alguns casos a presença desse termo depende da diátese verbal, e portanto deveria ser considerado complemento. É o caso, que vimos acima, de

(92) O rosto dela era engraçado.

(93) * O rosto dela era.

onde a obrigatoriedade de *engraçado* provém da valência do verbo *ser*, cujas diáteses sempre incluem um sintagma não-sujeito (SN ou SAdj).

Outro caso em que a valência do verbo governa a ocorrência do predicativo é quando se trata de um sintagma qualificativo associado ao objeto. Isso só ocorre com pequeno número de verbos da língua, como *chamar*, *xingar*, *nomear*, *considerar*, *achar* e *julgar*.

(11) A Patrícia acha o Cris o maior jogador de boliche do mundo.

O que esses casos têm de especial é a associação do predicativo com o objeto. Mas para muitos verbos o predicativo é um sintagma associado ao sujeito, que pode ser acrescentado a uma sentença independentemente do verbo. Nessas construções, o predicativo funciona como um caso clássico de adjunto, sendo sujeito apenas a condições de adequação semântica, e podendo inclusive ser acrescentado a frases que já contêm um predicativo (do tipo “complemento” visto acima), como em

(95) A mãe xingou o menino de burro furiosa.

Não vemos razão para distinguir a função de *furiosa* nessa frase de sua função em

(96) A mãe gritou furiosa.

(97) A mãe estava lá em cima furiosa.

pois todos se encaixam na mesma descrição: um sintagma de valor qualificativo (com papel temático Qualidade), que toma o sujeito como seu Qualificando.

Todos os fatos mencionados na literatura como sendo diagnóstico da função sintática de predicativo podem ser descritos como decorrência de fatores independentemente motivados. O assim chamado predicativo, em resumo,

- (a) não tem uma posição própria na oração (em geral se confunde com o objeto ou com um adverbial);
- (b) em alguns casos não pode ser topicalizado, mas as indicações são de que isso decorre de restrições ao papel temático dos tópicos (por exemplo, não parece ser possível topicalizar um sintagma α Ref);
- (c) é expresso por categorias que também ocorrem em outras funções, como SN, SAdj, SAdv e sintagmas preposicionados;
- (d) não funciona diferentemente de outros sintagmas no que diz respeito à distribuição dos pronomes clíticos;
- (e) é sujeito à concordância nominal, mas isso se correlaciona com um fator semântico, a saber, o emparelhamento de papéis temáticos;
- (f) é sujeito a certas condições de boa formação semântica e pragmática, mas isso decorre automaticamente da semântica de papéis temáticos como α Ref;
- (g) se relaciona semanticamente com um dos outros termos da oração, mas isso decorre do fato de que seu papel temático é sempre emparelhado; e

- (h) é em certos casos (como nos exemplos [3], [11] etc.) parcialmente definido em função do verbo principal da oração, sendo assim um “complemento” segundo a concepção tradicional; em outros casos, é independente da identidade do verbo, merecendo a classificação de “adjunto” (exemplos [45] e [47] etc.).

Resta apenas a preferência do predicativo por emparelhamento temático com o sujeito, contrariada apenas com o grupo de verbos que inclui *considerar*, onde o emparelhamento se faz com o objeto. Mas, novamente, para descrever isso não é necessário postular uma função sintática especial para o predicativo. Basta estabelecer que

- (i) um constituinte oracional com o papel temático α Ref, Qualidade (e talvez mais outros) se emparelha sempre com o sujeito da oração;
- (j) a regra (i) não vale para os verbos do grupo de *considerar*, que são individualmente marcados como estabelecendo o emparelhamento do constituinte em questão com o objeto.

Os pontos (i) e (j) são os únicos que precisam ser formulados especialmente para descrever o comportamento morfossintático e semântico do predicativo; e, como se vê, eles podem ser formulados sem atribuir ao constituinte emparelhado uma função sintática especial. A única função que se faz necessária é, como sempre, a de sujeito – que realmente parece ser um constituinte oracional dotado de propriedades específicas, distintas de sua semântica e de sua posição linear na oração.⁴²

⁴² Quanto ao sujeito, ver Perini (2008, cap. 4).

Referências

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOSQUE, Ignacio e DEMONTE, Violeta, orgs. **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa. 1999.
- CULICOVER, Peter W. e JACKENDOFF, Ray S. **Simpler syntax**. Oxford: Oxford University Press. 2005.
- DOWTY, David (1989) **“On the semantic content of the notion ‘thematic role’ ”**. in Partee, Chierchia e Turner, orgs. 1989.
- _____. **“Thematic proto-roles and argument selection”** *Language*, 67, 3. 1991.
- EVANS, Vyvyan e GREEN, Melanie. **Cognitive linguistics: an introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2006.
- FRANCHI, Carlos e CANÇADO, Márcia. **“Teoria generalizada dos papéis temáticos”**. Revista de estudos da linguagem, UFMG, v. 11, n 2, 2003.
- GROSS, Maurice. **Méthodes en syntaxe**. Paris: Hermann. 1975.
- HUDDLESTON, Rodney. **Introduction to the grammar of English**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1984.
- JACKENDOFF, Ray S. **Semantic structures**. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 1985.

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**. Vol I: Theoretical prerequisites. Stanford, Stanford University Press, 1987.

LEBORANS, María Jesús Fernández. “**La predicación**: las oraciones copulativas”, in Bosque e Demonte, orgs. 1999.

MATEUS, Maria Helena M.; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês S.; e FARIA, Isabel H. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina. 1983.

PERINI, Mário A. **Estudos de gramática descritiva**: as valências verbais. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. et al. **O Sintagma nominal em português**: Estrutura, significado e função. Número especial da Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, UFMG, 1996.

POSTAL, Paul. **Crossover phenomena**. New York: Holt. 1971.

SALVI, Giampaolo e VANELLI, Laura. **Grammatica essenziale di riferimento della lingua italiana**. Instituto Geografico De Agostini – Le Monnier, 1992.